



REFERÊNCIA: Projeto de Lei da Casa n.º 190/2025

AUTOR: DEPUTADO Dr. DANILO ALENCAR

ASSUNTO: Institui o Certificado de Inclusão Social

RELATOR: DEPUTADO PROFESSOR JÚNIOR GEO

PARECER DE RELATORIA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

I – RELATÓRIO

De autoria do deputado Dr. Danilo Alencar, o Projeto de Lei em epígrafe institui o Certificado de Inclusão Social no âmbito do Estado do Tocantins, a ser concedido a pessoas físicas ou jurídicas que adotem práticas de inclusão social e laboral de pessoas com deficiência, com Transtorno do Espectro Autista (TEA) ou outras condições neurodivergentes.

A proposta prevê critérios para concessão do certificado, incluindo ações de acessibilidade, programas de capacitação, reserva de postos de trabalho, apoio a projetos e incentivo à inovação tecnológica.

O Processo foi distribuído a esta relatoria, para análise e elaboração de parecer jurídico (fls.6).

Na condição de relator designado, compete nesta oportunidade, em atendimento às determinações do artigo 46, I, “a” combinado com o art. 73, I, do Regimento Interno, analisar a proposta quanto aos seus aspectos constitucional, legal, jurídico e regimental, bem como a técnica legislativa empregada.



É o relatório.

II – ANÁLISE

Do ponto de vista da constitucionalidade, a proposição está em conformidade com os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, CF), da igualdade (art. 5º, caput), e da inclusão das pessoas com deficiência (arts. 23, II; 24, XIV; 227, §2º da CF). Não há vícios de inconstitucionalidade formal ou material, uma vez que o projeto não cria obrigações ao Poder Executivo, não interfere na estrutura administrativa, e não acarreta despesa pública direta, limitando-se à criação de instrumento simbólico de reconhecimento.

O projeto observa os princípios da juridicidade, estando em harmonia com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e demais normas infraconstitucionais voltadas à promoção da equidade e valorização da diversidade. A concessão do Certificado de Inclusão Social é de natureza incentivadora, não impositiva, o que reforça sua regularidade jurídica.

A matéria é de competência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins e tramita de acordo com o previsto no Regimento Interno da Casa. A criação de selo ou certificado de reconhecimento simbólico não demanda iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, tratando-se de prerrogativa legislativa comum.

A redação está clara e objetiva, com divisão adequada dos dispositivos, observando os princípios da Lei Complementar nº 95/1998, que rege a elaboração das normas. Recomenda-se, apenas, que eventual regulamentação posterior detalhe os procedimentos de concessão, controle e periodicidade de renovação do certificado.

III – VOTO

Diante das considerações apresentadas, opino favoravelmente pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei da Casa nº 190/2025 que institui o Certificado de Inclusão Social, por sua conformidade com os princípios constitucionais, legais e regimentais, e pela adequada técnica legislativa empregada. Trata-se de medida relevante e meritória para o fortalecimento de políticas inclusivas e para o



reconhecimento de boas práticas no setor público e privado, sem criação de obrigações indevidas ou impacto orçamentário.

É O PARECER.

Sala das Comissões, em 1 de julho de 2025.

JOSE LUIZ PEREIRA Assinado de forma digital por JOSE
LUIZ PEREIRA JUNIOR:69385912100
JUNIOR:69385912100 Dados: 2025.08.06 11:58:00 -03'00'
Deputado **PROFESSOR JÚNIOR GEO**

Relator



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

DESPACHO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação aprovou, o Parecer do(a)
Relator(a) Senhor(a) Deputado(a) PROF. JÚNIOR GEO, referente
ao(a) PL nº 190/2025

OBS: _____

Encaminhe-se(a)(ao) Comissão de Finanças, Tributação e Fisco
Fiscalização e Controle

Sala das Comissões, 02 de Setembro de 2025

Deputado **VALDEMAR JÚNIOR**

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

MEMBROS EFETIVOS PRESENTES

MEMBROS SUPLENTE PRESENTES

Dep. VALDEMAR JÚNIOR (x)	Dep. JORGE FREDERICO ()
Dep. LEO BARBOSA (x)	Dep. OLYNTHO NETO ()
Dep. CLAUDIA LELIS ()	Dep. PROF. JÚNIOR GEO ()
Dep. GUTIERRES TORQUATO ()	Dep. GIPÃO ()
Dep. MOISEMAR MARINHO (x)	Dep. MARCUS MARCELO ()